

## *A produção geográfica de Goiás-Brasil: tópicos para uma reflexão*

*The geographical production of Goiás-Brazil:  
topical for a reflection*

*La producción geográfica de Goiás-Brasil:  
temas para una reflexión*

Eguimar Felício Chaveiro  
Universidade Federal de Goiás  
eguimar@hotmail.com

Weder David de Freitas  
Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
wederfreitas@hotmail.com

---

### **Resumo**

O trabalho que apresentamos objetivou averiguar o modo pelo qual a produção geográfica em Goiás, na relação direta com as mudanças da produção geográfica em outros locais do país, é desenvolvida. Para amparar as reflexões, problematizou-se o seguinte: como as instituições goianas que produzem geografia se situam diante do pensamento geográfico brasileiro? Que elos, parcerias, influências, características os geógrafos que produzem geografia em Goiás possuem com instituições de outras partes do país? Demonstrou-se que os componentes teóricos e epistemológicos da geografia estão diretamente relacionados com o acontecimento histórico do país. Assim, o crescimento econômico do Brasil procedeu a uma mudança nas instituições e também ao exercício de seu controle, resultando desse processo uma expansão da produção geográfica em Goiás juntamente com a sua fragmentação.

**Palavras-chave:** produção geográfica em Goiás, geografia brasileira atual, teoria geográfica.

---

### **Abstract**

This paper has the objective to analyze the way in which the geographical production in Goiás, in direct relation to changes in production in other geographical locations in the country is developed. To support the reflections, the

following was problematized: how do the goianas institutions that produce geography are locate against the Brazilian geographical thought? What links, partnerships, influences, characteristic the geographers that produce geography in Goiás possess with institutions of other parts of the country? It was demonstrated that the theoretical and epistemological components of the geography are directly related with the historical event of the country. Like this, the economic growth of Brazil proceeded a change in the institutions and also to the performance of it control, resulting of that process an expansion of the geographical production in Goiás together with it fragmentation.

**Keywords:** geographical production in Goiás, current Brazilian geography, territory goiano, geographical theory.

---

### Resumen

El presente trabajo tuvo como objetivo investigar la forma en que la producción geográfica en Goiás, en relación directa con los cambios en la producción geográfica en otras partes de lo Brasil , se desarrolla . Para reforzar las reflexiones, hemos considerado la siguiente cuestión: ¿ como instituciones que producen geografía se posicionan en el pensamiento geográfico de Brasil? Qué vínculos, asociaciones, influencias y características los geógrafos que producen geografía en Goiás tienen con instituciones del resto del país? Se demuestra en este trabajo que los componentes teóricos y epistemológicos de la geografía están directamente relacionados con el acontecimiento histórico del país. Así, el crecimiento económico de Brasil llevó a un cambio en las instituciones y también en el ejercer de su control. Este proceso resulta en la expansión de la producción geográfica en Goiás junto con su fragmentación.

**Palabras clave:** producción geográfica en Goiás, geografía brasileña actual, teoría geográfica.

---

## Introdução

Em rodas de conversas livres, em palestras ou mesmo em aulas da pós-graduação, em que o tema “a produção geográfica de Goiás” desdobrou-se, foi comum eminentes geógrafos ligados a produção geográfica de Goiás, dizerem e concordarem que não há uma “geografia goiana”.

As justificativas e as argumentações geralmente se baseiam numa postura teórica: para haver a geografia goiana deveria existir um modo goiano de se fazer geografia, um estatuto epistemológico próprio. Seria então mais uma divisão dentro da ciência, ou seja, cada localidade teria o seu próprio estilo de fazer Geografia; desse modo, existiria também a geografia paulista, carioca, paranaense, pernambucana, entre outras. Também não se descarta a participação de importantes sujeitos para a formação e consolidação desse conhecimento em diversas localidades. Enfim, ao problematizar a questão, argumenta-se: o importante e essencial é avaliar como a geografia brasileira representa o território goiano; como é igualmente importante e essencial perceber como os geógrafos que trabalham em Goiás – e que pesquisam o

território goiano – contribuem na construção da geografia brasileira. Parece, à primeira vista, uma questão de escala. Entretanto, o núcleo da questão não é apenas identitária e nem apenas escalar, sendo também interpretativa. E não apenas interpretativa, mas política no sentido de que o desafio é o sentido da análise que se faz do território goiano como parte indissociável do território brasileiro e inserido na política global.

Assim posto, caso o interesse seja apreciar o modo pelo qual os geógrafos que trabalham em Goiás fazem geografia, uma série de perguntas deve ser feita: como as instituições goianas que produzem geografia se situam diante do pensamento geográfico brasileiro? Que elos, parcerias, influências, características os geógrafos que produzem geografia em Goiás possuem com instituições de outras partes do país? Caso os geógrafos que estão em Goiás desejam pesquisar o território goiano, como isso será feito em termos teóricos, metodológicos, paradigmáticos, políticos e ideológicos?

Ao apresentar as questões por essa via e objetivar apresentar tópicos para uma reflexão sobre a produção geográfica em Goiás e sobre Goiás, partiremos de um ponto de apoio: componentes como a posição, o sentido estratégico, as mudanças socioespaciais do território goiano e a sua aglutinação com a economia do país, notadamente a partir da década de 1970, repercutem no crescimento das instituições que operam a produção geográfica em Goiás. Não é intenção deste trabalho responder ou esgotar todas as questões aqui levantadas, mas elencar argumentos que contribuam com a temática proposta.

Na mesma raia, poder-se-ia dizer que, correspondente ao dinamismo do território goiano, é o dinamismo da produção geográfica em Goiás que, por sua vez, entrelaça-se com o Brasil na economia mundo a partir de uma alteração do padrão territorial da divisão regional do trabalho. Assim, é verossímil que a geografia produzida em Goiás se aproxime, sofra influências, apresente um tônus pujante relativo à geografia brasileira.

Para a elaboração deste trabalho, fora o diálogo aberto, vivo e intenso com colegas e amigos, especialmente do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), do câmpus de Catalão e Jataí da Universidade Federal de Goiás (UFG), da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), seção Goiânia, geógrafos do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG) e do programa de Pós-graduação em Geografia do IESA, bem como dos membros do grupo de estudo, orientação e pesquisa “Espaço, sujeito e existência”<sup>1</sup>, um levantamento

---

<sup>1</sup> Esse grupo, também conhecido como “Dona Alzira”, está vinculado ao Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Territoriais (LABOTER) do IESA/UFG. Seus membros, sob a orientação do professor Eguimar Felício Chaveiro, reúnem-se regularmente para debater diversos temas, dentre eles, a Geografia produzida em Goiás.

bibliográfico do estado da arte da Geografia produzida em Goiás também foi realizado, mesmo que ainda de forma incipiente.

O fato relevante e a posição teórica de não separar a geografia produzida em Goiás da geografia brasileira exigiram que se procurasse levantar, ler e sintetizar, em nível de pressupostos, de balanço temático e de direções teóricas, publicações que avaliassem a produção da geografia brasileira contemporânea. Também na consecução do trabalho foram costurados, a partir de levantamento de dissertações, teses e livros que versam sobre temas do território goiano. Procurou enxergar os percursos de autores que tomaram como bandeira de trabalho o enfrentamento das metamorfoses do território goiano em forma de teses ou livros.

Cabe esclarecer: o presente artigo, ainda que calçado por um itinerário metodológico abrangente, tem a pretensão apenas de estimular a reflexão de outros que virão, por isso a sua titulação econômica em forma de “tópicos para uma reflexão”.

### **Pontos da produção geográfica de Goiás**

A geografia produzida em Goiás, bem como a paulista, a carioca, a paranaense, a gaúcha, a pernambucana, etc. se insere, com algumas peculiaridades, no contexto da ciência nacional. Ou seja, as correntes científicas, as influências estrangeiras, as grandes referências, as correntes do pensamento geográfico, dentre outros, dão as características abrangentes dessa ciência que se forma academicamente nos mais diferentes locais. Os atores, as instituições, o espaço goiano são elementos da singularidade no processo de formação e desenvolvimento dessa disciplina.

Dizer isso é reafirmar o já exposto: não existe uma escola de pensamento geográfico goiana. Os geógrafos goianos, os trabalhos sobre o território goiano, as instituições goianas de geografia estão inseridos no contexto de desenvolvimento da geografia brasileira. Não existe um estatuto epistemológico próprio da geografia de Goiás, como já exposto. Entretanto, podemos afirmar que há especificidades locais na formação desse conhecimento.

Partimos, portanto, de dois pontos, quais sejam: a ciência se desenvolve no seu percurso histórico, seja ele institucional ou apenas empírico, com pressupostos, método, objeto, epistemologia, etc. que são gerais; também esse desenvolvimento científico se dá pelas suas particularidades, ou seja, como os pressupostos, os métodos, os objetos são dinamizados tendo como tema de estudo algumas especificidades locais, regionais.

Não é novo o fato de que a ciência geográfica se faz presente – não na sua forma acadêmica sistematizada – bem antes dos precursores alemães Kant, Humboldt, Ratzel e Ritter. Não havia um local de se formar o geógrafo, ou seja, um curso de geografia; no entanto, a figura desse profissional já estava presente na Antiguidade, como já colocado por Fernandes (2002), Machado (2000), Pereira (2000), Moraes (2000,), dentre outros. Talvez pensadores da antiguidade clássica como a exemplo de Estrabão, Eratóstenes, Heródoto possam ser considerados os mais antigos desse ramo. O importante a ser considerado para a pretensão deste texto é que já havia um fazer geográfico mesmo antes da sistematização desse conhecimento. Nesse sentido, alguns trabalhos ligados à história do pensamento geográfico irão denominar de geógrafos aqueles que tinham como característica nos seus estudos a descrição da paisagem. Na verdade, esses sujeitos eram dotados quase de um saber enciclopédico, não sendo, portanto, apenas geógrafos, mas historiadores, naturalistas, etc.<sup>2</sup> Existia, sim, uma característica que os aproximava: o trabalho descritivo paisagístico. Esse caráter de outrora teve grande influência na concepção e prática das pesquisas desenvolvidas mais recentes, conforme nos relata Gomes:

O fato de que a geografia tenha se constituído como disciplina a partir da herança deixada pelos viajantes e suas descrições e pelos naturalistas e suas coleções variadas, certamente foi decisivo. Por um lado, foi a partir do material deixado por esses pioneiros que os geógrafos começaram a trabalhar. Por outro lado, essa proximidade com viajantes e naturalistas e suas aventuras e curiosas estórias devem, sem dúvida, ter contribuído no tipo de público atraído para o campo da geografia. Isso quer dizer que muitos geógrafos inicialmente tinham como horizonte e interesse essa agenda descritiva de lugares, por vezes bastante anedótica, e talvez tivessem pouca sensibilidade para esquemas explicativos abstratos. Podemos mesmo nos perguntar se ainda hoje, a tentação de definir, ou de pelo menos manter uma forte conotação naturalista dentro de certos domínios da disciplina não provenha ainda dessa mesma origem. (GOMES, 2009, p. 20)

De fato, o rompimento com essa “tradição” só se fará mais adiante no percurso histórico. Porém, não podemos desconsiderar a importância desse saber para a formação da ciência moderna. Por isso, a geografia produzida em Goiás, assim como em outros lugares, passa por essa fase não institucional caracterizada principalmente pelo método descritivo. Apesar das críticas a ela dirigidas como sendo uma ciência muitas vezes jocosa, como expõe Gomes

---

<sup>2</sup> Para exemplificar, podemos citar nomes de importantes pesquisadores que estiveram em território goiano realizando pesquisas/inventários, sendo eles: João Emanuel Pohl, Auguste de Saint Hilaire, Richard Francis Burton, Francis de Castelneau, dentre outros. (Gomes, 1999).

(2009), ela contribui em dois pontos importantes: primeiro em desvendar os arranjos territoriais; e, segundo, na sistematização de um conhecimento que estava em vias de se tornar um saber institucional.

Em publicação sobre o tema, Gomes (1999) realiza uma periodização dos estudos geográficos de Goiás em três momentos. O primeiro momento se dá antes da institucionalização dessa ciência; denominado por ele de histórico ou narrativo-descritivo (1722 – 1938). O segundo momento é compreendido, tendo como realidade a criação de instituições relacionadas ao saber dessa disciplina, como a AGB e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); entretanto não havia ainda cursos superiores em Goiás, ou seja, não se formavam geógrafos em terras goianas. O último, ou seja, o terceiro é marcado pela inserção da geografia como curso universitário nas universidades goianas – da década de 1960 até os dias atuais – denominado pelo autor de período acadêmico.

O período histórico ou narrativo-descritivo (1722-1938) – foi caracterizado pelo método descritivo. A paisagem, mesmo implicitamente, marcava os estudos dessa época. Os objetivos desses estudos eram vários, mas um em particular era o maior: realizar um inventário com grande quantidade de informações que, no futuro, poderia servir de argumento para a exploração territorial. Por isso, não é equivocado denominar essas pesquisas de exploratórias.

Esse período pode ser caracterizado mais por uma história geográfica que necessariamente estudos geográficos bem delineados. Afinal, nesse momento, essa disciplina como saber científico institucional ainda era nascente nas universidades europeias. Dessa forma, as referências da construção de um saber geográfico em terras goianas também são caracterizadas pelo método descritivo. Muitos trabalhos dessa época possuem perfil ufanista e bucólico, conforme já nos alertou anteriormente Gomes (2009). Por isso,

No conjunto podemos afirmar que os exploradores produziram uma geografia sem muita identidade geográfica, como a que atribuímos hoje em termos de produção e reprodução do espaço geográfico. Trata-se de uma geografia mesclada de história natural, estatística, demografia etc. e que, explicitamente, não revelava a natureza do seu sujeito e do seu objeto. (GOMES, 1999, p. 18)

Esse contexto muda com o passar do tempo. As transformações ocorridas em nível nacional e mundial também são sentidas localmente. Nesse sentido, um novo período na produção geográfica de Goiás se estabelece, com marcos diferentes. Isso não significa que há um rompimento abrupto de estudos apenas descritivos para uma maior sistemática, com método, objeto e estrutura

científica bem delineada. Essa mudança não acontecerá de forma homogênea e será paulatina.

A segunda etapa da produção geográfica em Goiás tem como referência o surgimento de instituições que lidam com essa disciplina, daí Gomes (1999) denominá-lo de período ibegeano ou institucional. Nesse momento, destacam-se duas instituições que são criadas na década de 1930, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB).

A formação desses dois centros tem profunda ligação ainda com a “tradição” internacional, notadamente europeia, sobretudo francesa. A AGB é de 1934, e o IBGE, de 1938 (junção do Conselho Nacional de Geografia de 1937 e do Instituto Brasileiro de Estatística de 1935). Essas duas instituições passaram a divulgar mais os estudos geográficos tanto aqueles realizados no Brasil quanto os feitos no exterior. Para isso, utilizava-se de mecanismo com a revista brasileira de Geografia do IBGE e as reuniões periódicas da AGB.

Tanto o IBGE como a AGB não nasceram em terras goianas; dessa forma não formaram geógrafos em Goiás. Entretanto, os estudos de Goiás, nessa nova fase, foram realizados por pesquisadores, de algum modo, ligados a esses centros que aqui estiveram para contribuir com o entendimento do imenso e desconhecido território do Estado. Para exemplificar, podemos citar nomes importantes que realizaram aqui pesquisas importantes: Ofélia Sócrates do Nascimento; Pierre Monbeig; Lysias Augusto Rodrigues; Leo Waibel; Speridião Faissol; Zoroastro Artiaga; Aziz Ab’Saber; Fábio Macedo Guimarães; e Orlando Valverde<sup>3</sup>. Destaque para Monbeig.

Sem dúvida, a mais importante contribuição de Monbeig para a geografia goiana não são seus escritos sobre Goiás, por sinal escassos, mas sim ter sido um verdadeiro pioneiro, formador de futuros professores e pesquisadores, nos parâmetros de uma geografia moderna, científica formativa e humanista, ensinando-nos a pesquisar a realidade geográfica em sua complexidade. (GOMES, 1999, p. 58)

Em especial Monbeig, mas todos os geógrafos acima mencionados contribuíram para formar um arcabouço teórico e empírico do território goiano, o que culminaria em décadas posteriores, especificamente a de 1960 na formação e consolidação dos primeiros cursos superiores de geografia do

---

<sup>3</sup> Dos autores mencionados, dois deles, Ofélia Sócrates do Nascimento e Zoroastro Artiaga, viveram em território goiano e, no nosso entendimento, podiam configurar com os pesquisadores do primeiro período da periodização de Gomes (1999), pois alguns de seus trabalhos são nitidamente bucólicos e ufanistas.

Estado. Duas universidades se destacam: a Universidade Federal de Goiás (UFG) e a Universidade Católica de Goiás (UCG), hoje Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO)<sup>4</sup>.

Entra-se então em um novo período, denominado por Gomes (1999) de acadêmico. Este se estende da década de 1960 até 1996 (ano da confecção do livro). No entanto, esse período não se finda em meados dos anos de 1990. Ele ganha características diferentes, principalmente com a implantação da pós-graduação *stricto sensu* em Geografia na UFG e perdura até o presente.

Esse é, sem dúvida, o período mais rico e produtivo da Geografia em Goiás. Destacam-se, principalmente, as duas instituições que implantaram cursos de graduação em geografia – UFG e UCG. Esses cursos, nos seus primeiros anos de funcionamento, tinham em seus quadros de professores diversos profissionais: diplomatas, juízes, advogados, historiadores, dentre outros (CASTRO, 2011; GOMES 2011).

Havia, portanto, a partir dessa institucionalização acadêmica, proporcionada por esses dois centros de ensino superior, uma maior produção sistematizada do conhecimento geográfico, que ultrapassava os limites da universidade. Dentro da universidade, não somente os professores da graduação em geografia que produziam pesquisas ligadas à ciência geográfica, também outros professores de outros departamentos, com destaque para aqueles cursos das humanidades. Fora dela, havia os órgãos governamentais que também realizavam pesquisas, inclusive contavam com a participação de profissionais geógrafos formados por essas duas instituições de ensino, sendo eles: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Desenvolvimento Urbano e Regional (INDUR), Instituto de Planejamento Municipal de Goiânia (IPLAN) e Secretaria de Planejamento de Goiás (SEPLAN).

Já no período de criação do curso de geografia na UFG, o caráter político entra em cena. Cria-se o Centro de Estudos Brasileiros (CEB) – primeiro local de estada do curso de graduação – que contava com intelectuais, principalmente goianos, de notório saber, entre eles: Bernardo Élis, Augusto Martins, Amália Hermano, Horieste Gomes, etc. Esse centro era encarregado de oferecer cursos que versavam temas brasileiros e regionais. Também surgem a partir desse centro outros cursos na área de humanidades.

---

<sup>4</sup> O curso de Geografia da Universidade Católica de Goiás, hoje Pontifícia Universidade Católica de Goiás, data de 1949 e estava vinculado à Faculdade de Filosofia Ciências e Letras que é anterior à Universidade que se institui em 1971. Já o curso na Universidade Federal de Goiás é de 1962, ligado primeiramente ao Centro de Estudos Brasileiros (CEB) e posteriormente à Faculdade Filosofia, Ciências e Letras, também foi integrante do Instituto de Química e Geociências (IQG). Hoje faz parte do Instituto de Estudos Socioambientais.

Na verdade, o CEB era uma miniatura do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Por isso, “A realidade goiana – histórica, geográfica e sociológica – em parte desconhecida, passava a ser objeto de estudos analíticos sob uma nova postura crítica” (Gomes, 1999, p. 116). O CEB tinha como objetivo formar quadros para compor a base da administração pública municipal e estadual. No entanto, ele durou apenas três anos, pois foi fechado depois do golpe militar de 1964.

Para divulgar as pesquisas realizadas nos recentes cursos de graduação e de outros locais, foram criadas algumas revistas que tinham como objetivo dar visibilidade a essa produção. Pode se considerar, sem nenhuma dúvida, que o Boletim Goiano de Geografia, com seu primeiro número de 1981, era o principal periódico que divulgava os trabalhos produzidos nas terras goianas<sup>5</sup>. Ainda há outros que tiveram poucas publicações e desapareceram, podendo destacar: Cadernos de Estudos Brasileiros, Revista do Instituto Histórico e Geográfico, Cadernos do CEFEG (Centro de Estudo Filosófico e Econômico de Goiás), Boletim informativo da AGB Goiânia “O Espaço”.

Merece aqui fazer uma menção sobre a AGB- Goiânia; afinal, ela, como uma associação profissional, contribuiu para a formação e difusão da geografia produzida em Goiás. Essa instituição organizou palestras, cursos, seminários, debates, mesas redondas, etc. além de publicar alguns periódicos, que foram sazonais. Nesse contexto, destaca-se a participação do geógrafo Ruy Moreira, militante da AGB e amigo de importantes geógrafos goianos. Essa participação do professor Ruy Moreira nos meios acadêmicos e políticos goianos é expressa na passagem de Gomes (1999), onde destaca que

Sua presença entre nós, até os dias atuais, tem sido uma constante, e sua efetiva contribuição já soma mais de uma dezena de eventos, tais como cursos, seminários, mesas-redondas, palestras, conferências, gestões coletivas, atividades de pós-graduação, textos etc. Enfim, atividades em que ele vem participando ativamente conosco. (p. 163)

Esse breve relato da constituição e consolidação da geografia em Goiás estende-se desde os viajantes naturalistas até a implantação de cursos superiores. Constituindo, portanto, a graduação até meados da década de 1990 o *locus* primordial do ensino e da pesquisa nas instituições superiores de ensino, notadamente, a UFG e UCG. Entretanto, com a criação de cursos de pós-graduação em Goiás, acompanhada de um aumento significativo desses

---

<sup>5</sup> Essa Revista é, ainda hoje, publicada regularmente pelo Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás.

curros no Brasil, muda-se vertiginosamente o caráter das pesquisas em Geografia.

A força da pós-graduação se faz presente nesse momento: primeiro com o curso de mestrado no IESA/UFG e posteriormente com o doutorado; também recentemente os cursos de mestrados nos câmpus de Catalão e Jataí também da UFG. Há um substancial crescimento dos trabalhos ligados prioritariamente aos programas de mestrados e doutorados, porém essa quantidade, ainda que elevada, se comparada a períodos anteriores, está vinculada às instituições das regiões Sul e Sudeste, principalmente o Sudeste. Isso implica:

[...] Embora haja uma horizontalização dos cursos de geografia por todas as regiões do país, mantém-se ainda uma hegemonia da produção no Centro-Sul; o avanço da pesquisa geográfica, seu delineamento e seus conteúdos são produtos da expansão da pós-graduação, o que pode conduzir a um estilo vigiado. (CHAVEIRO, s/p. 2012)

Já foram defendidos desde sua criação no ano de 1995 mais de duzentos trabalhos com temas diversos. Somente até o ano de 2008, já haviam sido produzidas quase duzentas pesquisas conforme dados do programa. “De 1995 a 2008, foram matriculados 241 alunos no mestrado com uma evasão de vinte alunos. Nesse período, foram defendidas 187 dissertações”. (PPGG-IESA-UFG)

Esse novo cenário da produção geográfica em Goiás se insere num contexto nacional da expansão da pós-graduação. Suertegaray (2003) mostra quantitativamente esse aumento em escala nacional. Em 1996, só havia 11 programas de pós-graduação em geografia, no Brasil; cinco anos depois, em 2001, esse número totalizava 21; e, em 2003, já somavam 26 programas. Em recente levantamento, no ano de 2012, foram detectados cinquenta programas de pós-graduação em geografia em território nacional. Esses programas publicam regularmente revistas científicas que, de algum modo, expõem a produção da geografia nacional.

Tanto as revistas quanto os programas são avaliados sazonalmente pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), atribuindo-lhes notas e conceitos. O que caracteriza, no nosso entender, uma produção vigiada, conforme expôs Chaveiro (2012). Também nessa perspectiva, há uma preocupação cada vez maior em internacionalizar o saber, criando convênios com instituições de toda parte do mundo, além de fragmentar o conhecimento em laboratórios que possuem visões especializadas. Essas características não são restritas a Goiás, mas à ciência brasileira como um todo.

## **A geografia brasileira atual: pontos e elos**

O termo prosaico “geografia brasileira” parece ser um daqueles que não exigem menores ou maiores ponderações; não coloca uma dúvida imediata ao receptor quando alçado em qualquer circunstância. Todavia, uma inspeção mais demorada pode dar conta de que Ele encerra uma multiplicidade de vieses, de componentes e variáveis. Isso quer dizer que a pressa imediata de significá-lo pode esvaziar a sua rica significação.

Quando se diz “geografia brasileira”, pode-se, por exemplo, estar se referindo à história de um saber sistemático, denominado ciência geográfica, que não teve – e não tem – por exemplo, o prestígio de outros campos de saber; pode-se igualmente fazer referência apenas ao aspecto institucional, como a sua organização curricular, o seu registro normativo, seu vínculo com as universidades; podem-se mencionar as tendências teóricas e paradigmáticas que alicerçam as suas categorias e conceitos de análises; e, inclusive, pode estar se referindo ao aspecto político, em que se situa a ação da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), outras intervenções, o campo profissional, a disputa ideológica, o mercado de trabalho, o temário em que a pesquisa geográfica se debruça; o campo do ensino e sua vastidão de componentes.

Para clarear o entendimento, pode-se fazer uma síntese: geografia brasileira é a ação e a organização de um campo de saber cuja tradição se vincula por meio de aspectos institucionais, em que se vê a presença do Estado no processo de sua normatização; o campo formativo-epistemológico; e o campo prático-ideológico. Esses aspectos ou vertentes, por certo, desdobram-se em componentes políticos, sociais, econômicos, culturais e ideológicos.

Para delinear o fio do presente trabalho, convém elucidar o termo por intermédio de perguntas que presidirão a análise: quais são as principais características teórico-metodológicas atuais da geografia brasileira? Como a geografia brasileira atual se coloca diante das mudanças do país ou de sua inserção no mundo? Que níveis de conflitos internos sacolejam o debate ideológico da geografia brasileira atual?

Partimos do entendimento de que há uma ordem geográfica específica que corresponde ao modo como os geógrafos, em suas diferenças, conflitos e contradições, desenvolvem o trabalho geográfico na pesquisa, na ação profissional no ensino e no planejamento, relativo ao modo como historicamente o país se delineia atualmente diante do modelo de acumulação integrada do modo de produção capitalista. Ao situar a geografia no contexto objetivo do mundo e estreitar a sua análise de acordo com as vicissitudes reais,

estamos pautando um princípio: a relação do conhecimento com a história e o seu imbricamento com quem a desenvolve.

Sendo assim, a questão central é verificar a ligação da geografia com os rumos da construção do território brasileiro e o modo como, ao elaborar o conhecimento geográfico dos lugares, das regiões, do país e do mundo, produz-se uma representação que não apenas se resume no conhecimento, mas num modo de intervenção, ou num tipo de filiação aos ditames sociais que desafiam o saber científico.

A partir desse entendimento, apresentaremos alguns pontos que julgamos relevantes:

- a expansão de cursos de geografia por todas as unidades federativas e, mais recentemente, a força da pós-graduação, especialmente em nível de cursos de mestrados e doutoramentos, dão sinal de uma horizontalização da produção geográfica, pois incrementam os departamentos, geram pesquisas, criam um mercado de trabalho para o cargo de professor-doutor, edificam eventos e, portanto, sinalizam o aumento de um diálogo interno entre os pares da comunidade geográfica, não restringindo apenas a alguns centros.

Especificamente o incremento produzido pelo controle da Pós-graduação aos rumos da geografia brasileira, por mais que as representações políticas do campo em órgãos oficiais pautem as decisões por meio de deliberações democráticas, o aumento numérico da pesquisa geográfica, o seu desenho teórico, os seus conteúdos e o estilo expressam o que denominamos de uma geografia de estilo vigiado. Invisivelmente, este estilo pode proclamar a ação de uma rede de comando geopolítico a partir de uma série de intervenções; por exemplo, os temas que recebem mais patrocínios, os autores que vigoram com mais aceitação, as correntes geográficas importadas, etc.

Embora haja a expansão, e o controle dos rumos da geografia tenha a presença forte da Pós-graduação, não há como isso ser total, por isso o sinal de horizontalização enuncia novos atores, novos diálogos e um aumento da pesquisa geográfica nos imensos lugares do país. Todavia, enxerga-se ainda a manutenção da hegemonia da produção geográfica no Centro-Sul do país, demonstrando que a lógica real do território ecoa na lógica da distribuição da ciência e em sua organização.

A força da pós-graduação, em alguns casos, minimizando, inclusive, a atenção com a graduação, não elimina o substrato político do Movimento de Renovação que atual fase herda ou tem de dialogar. Como tem enfatizado a professora Ana Fani Alessandri Carlos (2012), há um retrocesso, um arrefecimento e uma nova rota da produção geográfica – e de suas características – inibitórios do processo crítico e do comprometimento das

pretensões cunhadas pelo Movimento Crítico de Renovação, o que embaralha os rumos da geografia e refaz os conflitos internos. Desdobra desse quesito uma nova especialização montada, por exemplo, no funcionamento de laboratórios, desdobrando no perigo de perda de referências basilares de sua tradição. Contudo, a geografia brasileira, atravessada pelos diversos conflitos, mostra criatividade, possibilidade, resistência, vigor e possibilidades. Isso remete à compreensão que, nesta nova ordem geográfica consoante às mudanças históricas do país, refazem-se as contradições internas da geografia, dispondo-se em retrocessos e avanços ao mesmo tempo.

Essa situação evidencia como desafio a compreensão das posições que reinscrevem o fazer e o saber geográficos no contexto de avanços ou de retrocessos como a dispersão do saber, a fragmentação de campos, criando um conflito interno e diluindo o sentido de unidade almejado pelo Movimento crítico da Renovação.

Nesse contexto, surge com rapidez o que se aprendeu a denominar de geografias, tais como Geografia da Imagem, Geoecologia. Etnogeografia. Psicogeografia. Geografia literária. Geografia cultural ou geografia cultural renovada. Geopoética. Geografia dos sabores. Geografia da existência. Geografia do sujeito. Geomática. Geoestatística. Geografia das modelagens. Geografia dos movimentos sociais. Geografia do trabalho. Geografia do crime, Geografia da violência. Geoambiente ou geografia socioambiental. Geografias menores. Geografias subversivas, etc.

Todas essas “geografias” testemunham, pela inserção numa nova ordem mundial, a necessidade de criar campos e áreas novas, ao mesmo tempo a urgência institucional de fomentar uma predicação que justifica a identidade do campo, não apenas dando autoria, segmentando o saber, mas fortalecendo a institucionalidade fragmentada, o que pode arremessar a atenção e o trabalho dos geógrafos mais para a organização que para o debate, ou mais para os negócios que para a geração de ideias e/ou para as atividades que promovem a criação de ideias. Importante perceber que ações como ler ganha outro sentido.

A leitura pragmática, propedêutica e direcionada, geralmente apressada, toma corpo, minimizando a função de gerar reflexões e interrogações, podendo exaurir, na produção, a ambição de universalidade e processar uma espécie de empirismo sofisticado, por meio de textos burocratizados embora com citação de autores reconhecidos como autoridades intelectuais. A desistência das ideias pode resvalar numa geografia sem causa ou com causas difusas próprias e convenientes à ação ideológica a favor de atores que comandam e dominam o território.

A necessidade de institucionalizar as geografias, os grupos de pesquisa e as redes de aproximações, às vezes, mediante o fortalecimento de

uma estratégia de negócio, consciente – ou inconscientemente – pode fazer parte de um mecanismo: dotar as identidades de forças para participarem da disputa própria de uma economia de mercado que resvala na ciência e em sua organização. De repente, a expansão do campo pelo país ocorre sequestrando a vitalidade do debate que emergiu anterior à própria expansão.

As disputas ganham outros destinos: nem sempre são teóricas ou abertamente enunciadas pelas visões de mundo, mas a artimanha que se faz para a aprovação de editais, instrumentalização da carreira, aumento de notas para os programas de pós-graduação. Isso pode colocar em segundo plano o debate pedagógico, ou a discussão de sentido da ciência, bem como o rumo e o prumo intelectual. Resulta disso o estilo do formalismo acadêmico, espécie própria de linguagem e organização, que são capazes de empastelar e apropriar, inclusive, de condutas e nomenclaturas anteriormente tidas como representantes da resistência, como as palavras “crítica”, “criatividade”, etc.

Do mesmo modo que expande um sem-fim de geografias, o ritmo frenético e intempestivo motivado pela novidade, em muitos casos, os intercâmbios apressados de profissionais com instituições de outros países, objetivando apenas a garantia de um lugar no solo geográfico, cria uma fonte variada – e quase em desvario – de filiações a autores que apresentam essas “novidades”.

Uma espécie de proselitismo geográfico, costurado por uma abertura desenfreada, faz do corolário da pluralidade do saber a aceitação de uma mudança das tradições sem ter lucidez do processo. Diante dessa situação, parece ser conveniente perguntar: como dar um passo de avanço no Movimento Crítico, incluindo novos aportes paradigmáticos ou dos procedimentos e instrumentos de pesquisa, de maneira a interpretar, com lucidez, os conflitos do espaço contemporâneo?

Em se tratando do sentido crítico, banalizado e tornado, em alguns contextos, refrões externalizados, convém perguntar se a missão dos campos de saberes se reduz ao processo crítico. Deve-se também interpelar o que pode ser considerado, no plano filosófico e científico, como crítico. Como também questionar se em nome da crítica não se pode desenvolver apenas uma nova espécie de retórica alimentada por negócios psicológicos dos atores que exortam a sua raiva, sem necessariamente debruçar-se filosoficamente na crítica que emitem.

Parece que essas questões ensinam que pode haver também a institucionalização de aportes como o marxismo que pode brindar a realidade por meio de uma externalização do pensamento, antecipando a crítica do contato com o tempo e dispensando a capacidade precípua do pensamento: descobrir, inovar. Assim, pode-se interrogar: como não se eximir do

comprometimento institucional e do mercado de trabalho, mantendo um crivo político e crítico?

Ora, convém dimensionar que a ciência no Brasil, tal como é a estrutura territorial e econômica historicamente fundada, tem na desigualdade regional e social os traços imanentes de sua constituição. Dessa feita, a desigualdade da produção científica, da sua logística e de sua força interna, situa-se junto à desigualdade demográfica, social, política das regiões e dos lugares que compõem o país.

E mais: o investimento na ciência pelo Estado e pelo capital privado corresponde ao seu lugar no mundo. Desse modo, a produção do conhecimento, a elaboração de pesquisas, a organização de grupos, sua capacidade de negociação, os crivos ideológicos, as possibilidades – e outros aspectos - não residem tão somente na capacidade individual ou mesmo no esforço de uma comunidade coletivamente organizada, como a dos geógrafos. Certamente, os campos científicos se diferenciam entre si conforme o ajustamento ao modo de produção e aos conflitos internos de cada campo, expondo a luta ideológica por dentro dos aludidos campos.

Cabe aludir ao que as estatísticas apregoam: o Brasil oscila entre a sexta e a nona economia do mundo, mostrando um dinamismo de sua economia que exige um dinamismo proporcional de suas instituições. Esse processo gera uma pressão no território mediante as obras de engenharia, como ferrovias, anéis viários, hidrovias, construção de hidrelétricas, expansão de universidades, recriação de grandes redes de supermercados, duplicação de vias, melhora de portos, construção de plataformas tecnológicas, etc.

Pode ser observado que o dinamismo, além de alterar o conteúdo do espaço, criar novas interações entre os lugares, gerar mais conflitos sociais, exige mais obras e incrementa o mercado consumidor, o que faz aumentar o nível de problemas sociais investidos no espaço e no território.

Realidades como o aumento de veículos no interior das cidades ou o crescimento estrondoso nas metrópoles, criando um problema grave no trânsito; o número recordista de brasileiros que viajam para países estrangeiros alargando a dimensão simbólica das fronteiras culturais; de gente estrangeira de vários países, inclusive do mundo rico, que se interessa comercialmente pelo Brasil; de migrantes de países pobres da África, da Ásia que procuram o país. Assim, como a fermentação do mercado consumidor; o nível de aumento de violência; a formação de rotas de novos ricos - e outras realidades – alteram o gradiente dos lugares, o tônus das classes sociais, o valor de casas, lotes, o preço da terra, a irradiação de um clima especulativo, como novas oportunidades e o agravamento de antigos problemas e o surgimento de novos.

O que se vê é a alteração da produção do território nacional, reconstituindo algumas regiões e lugares, bem como reformulando a sua inserção por meio de novas redes. Enxerga-se igualmente o impacto no meio ambiente, do mesmo modo que é possível perceber novas direções dos fluxos do capital que reordenam a rede urbana e redesenham o uso do espaço agrário e os conflitos pela terra.

Poder-se-ia sintetizar que há novos conflitos territoriais próprios de um país que se internacionaliza e incrementa a sua economia, reorganizando o trabalho, alterando o conteúdo dos lugares, criando problemas e desafiando a ação teórica e prática dos geógrafos e da geografia. Essa situação provê a necessidade basilar de responder: como a geografia brasileira atual, fundada nas características elucidadas anteriormente, participa desse território dinâmico, contraditório e internacionalizado? Seria a internacionalização da Geografia o grau proporcional da atualização da pesquisa geográfica ou a sua rendição aos ditames hegemônicos?

Harvey (2010), ao analisar o momento no qual se situa o capitalismo, ajuda a compreender o processo, dizendo que

Os processos de acumulação do capital não existem, obviamente, fora dos respectivos contextos geográficos, e essas configurações são por natureza bastante diversificadas. Mas os capitalistas e seus agentes também têm um papel ativo e fundamental na alteração dessas configurações. Novos espaços e relações espaciais estão sendo produzidos constantemente. Fazem-se redes de transporte e comunicação totalmente novas, cidades que se esparramam e uma paisagem agrária muito produtiva. Grande parte das terras foi desmatada, os recursos foram extraídos das entranhas da terra; habitats e condições atmosféricas (tanto local como globalmente) foram modificados. Os oceanos têm sido vasculhados em busca de alimentos, e todos os tipos de resíduos (alguns tóxicos para todas as formas de vida) foram espalhados pela terra. As mudanças ambientais de longo prazo, provocadas pela ação humana ao longo de toda a nossa história, têm sido enormes. As transformações provocadas pelo capitalismo têm sido ainda maiores. O que nos foi dado pela natureza há muito tempo foi substituído pelo que foi construído pelo homem. A geografia do capitalismo é cada vez mais autoproduzida (p. 120)

Convém compreender, conforme a importante contribuição do geógrafo, que a mobilidade de capitais, o aumento do PIB e da produção, o rebatimento nas classes sociais na organização dos espaços têm o poder de recolocar os sentidos e os valores dos saberes, bem como as suas funções e os seus rumos ideológicos; e pode criar algumas confusões como entre agilidade e pressa ou inserção com pragmatismo, organização com burocratização.

Não é à toa que, nesta fase da história do mundo, a engenharia genética, como um campo de saber de prestígio, aliada à biotecnologia, ganha força diante de outros campos de saber. Como é verossímil que a matemática e a estatística, por alimentarem a pesquisa tecnológica, voltem a ter o prestígio instrumental de outrora. Assim como é coerente exigir uma geografia pragmática, rápida, baseada em softwares, ou que se baseia em modelos matemáticos que curvem a discussão política e teórica para um plano secundário.

Ora, não se trata apenas de um vínculo externo ou de uma organização institucional rente às demandas hegemônicas do mundo; trata-se de um novo desenho ideológico, ou de um antigo desenho ideológico reformulado num grau de sofisticação que parece dar legitimidade central nesse quesito: que os geógrafos entrem no comércio do mundo, tornem-se igualmente negociantes e instituidores de uma autoridade de vendedores simbólicos ou práticos, minimizando o sentido intelectual e pedagógico do seu fazer. Ou colocando o sentido a reboque do pleito pragmático.

Correspondente a uma ordem econômica e social do país, desdobra-se uma nova ordem geográfica que alimenta a fragmentação de referências no plano de visão de mundo. Dispersar o pensamento ou flexibilizá-lo, como é o enunciado oficial, pode criar uma confusão: fazer da pluralidade e da aceitação da diferença o dado ideológico do estilhaçamento e do desvario, criando o ecletismo que, por sua vez, redundando no relativismo niilista ou no que se tem alcunhado de razão cínica.

Se a possibilidade da pluralidade de rumos, a abrangência temática, o aumento das possibilidades de diálogos com outros saberes podem conduzir a avanços da geografia brasileira atual, à medida que supera a vigilância epistemológica ou posturas reducionistas do período de Renovação, pode-se incorrer em transformar o ecletismo num recurso que embaralha a capacidade de os geógrafos descobrirem os sentidos e os rumos do saber que se produz.

Há, por assim dizer, conflitos abertos, diretos, compreendidos ou não que são costurados pela ligação material dos campos de saber com o estatuto social do mundo. Resulta desse processo uma contradição: pode haver um professor, um pesquisador reconhecido como poderoso institucionalmente, todavia intelectualmente frágil.

Contudo, a pluralidade, a oferta de mais recursos, a maior capacidade de intercâmbio, a rapidez com que as informações cruzam o país, em face dos novos recursos, fazem do plano da multiplicidade de referências, de criação de escolas, de laboratórios, de ampliação das linguagens, numa ampla, rica e variada possibilidade de fazer uma geografia criativa e com grande poder de

intervenção. Esse é o benefício desse sinal de horizontalização em que o Centro-Sul não apenas tem a responsabilidade e as condições de pensar o país.

Em outro polo, essa horizontalização, fora os números, não garante a democratização da produção nacional da geografia e, especialmente, o seu poder de intervir no modo geográfico de pensar o país, uma vez que isso envolve a história do Brasil e maneira pela qual o território foi estruturado.

### **Considerações finais**

Expressões como “a geografia que se produz atualmente no Brasil perdeu a sua ambição teórica”, “houve uma regressão crítica na geografia comandada pela pós-graduação”, “está em curso uma nova sensibilidade geográfica”, “reinstalou-se uma nova fragmentação geográfica no Brasil”, “a pujança da geografia brasileira criou possibilidades de se pensar o Brasil por outros ângulos” – e tantos outros predicativos – mostram que o período atual, de fato, apresenta uma nova ordem da produção geográfica.

No presente artigo, foi apresentado o modo pelo qual a produção geográfica em Goiás faz conexão com a geografia brasileira; mostrou, também, os conflitos, as diferenças e as contradições advindas da força da pós-graduação no atual momento. Por outro lado, essa força está conectada aos aspectos objetivos da economia do país e sua inserção no sistema-mundo.

No caso específico da produção geográfica em Goiás, mais importante que interpretar os rumos, as escolas, as teorias que a embasam, é verificar como essa produção lê o território goiano e brasileiro. Ao colocar assim, estamos posicionando: o importante é a produção de sentido desse campo de saber, sua capacidade de intervir nos rumos da sociedade brasileira.

Não há dúvida de que há, em Goiás, uma expansão da produção geográfica, o que redundará num aumento dos trabalhos que interpretam o território goiano. Todavia, pelo fato de essa produção ser coordenada pelo regime da pós-graduação, a tendência é os trabalhos serem fragmentados. Em função disso, poder-se-ia concluir que essa produção, salvo raras exceções, ao insistir em procedimentos esmigalhantes, deixa de ler a dinâmica do território goiano de maneira totalizante; e não enxerga os níveis de contradições desse território dinâmico, importante no modelo de acumulação que se desenvolve atualmente no Brasil.

Ademais, há que enxergar: há novos autores que protagonizam a produção geográfica em Goiás. E, pelo fato de a geografia ser nova em Goiás, pelo menos três gerações possuem a oportunidade de dialogar, fazer trabalhos conjuntos, trocar experiências. Isso cria um cenário potencial ativo para os

geógrafos daqui estabelecerem boas conexões com geógrafos de outras partes do Brasil e do mundo e, assim, efetivarem trabalhos atualizados, propositivos, críticos e criativos no âmbito desse campo do saber.

## Referências

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Contra o produtivismo: um protesto solitário. **Territorial** – caderno eletrônico de textos. Vol. 2, n. 3, 2012.

CASTRO, João Alves de. [22 de setembro de 2011]. Goiânia: **Entrevista** concedida a Weder David de Freitas. No prelo.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. **Os desafios teóricos da Geografia brasileira:** rumos e desdobramentos. Goiânia: 2012. (no prelo)

GOMES, Horieste. **A produção geográfica em Goiás.** Goiânia: 1999.

GOMES, Horieste. [31 de outubro de 2011]. Goiânia: **Entrevista** concedida a Weder David de Freitas. No prelo.

GOMES, Paulo César da Costa. Um lugar para a Geografia: contra o simples, o banal e o doutrinário. IN: MENDONÇA, Francisco; LOWEN-SAHR. Cicilian Luiza; SILVA, Márcia da. **Espaço e tempo:** complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Curitiba/PR: ADEMADAN, 2009.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital:** e as crises do capitalismo. Tradução: João Alexander Peschanski. São Paulo: Boi Tempo, 2011.

MACHADO, Lia Osório. História do pensamento geográfico no Brasil. **Terra Brasilis** [Online]. Vol. 1, 2000. Disponível em <<http://terrabrasilis.revues.org/295>> acesso em: 28 de maio de 2011.

MORAES, Antônio Carlos Robert. Geografia, História e História da Geografia. **Terra Brasilis** [Online]. Vol. 2, 2000. Disponível em: < <http://terrabrasilis.revues.org/319> > acesso em: 28 de maio de 2011.

PEREIRA, Sergio Nunes. Histórias do pensamento geográfico. **Terra Brasilis** [Online]. Vol. 2, 2000. Disponível em: <<http://terrabrasilis.revues.org/316>> acesso em: 28 de maio de 2011.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA. Universidade Federal de Goiás. Instituto de Estudos Socioambientais. **Histórico.** Goiânia. Disponível em

<<http://projetos.extras.ufg.br/posgeo/index.php/historico/>> acesso em: 02 de mar. 2012.

SOUZA NETO, Manoel Fernandes. **A História da Geografia no Brasil**. Palestra promovida pela Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Niterói. São Gonçalo/RJ, 2002.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. A expansão da pós-graduação em geografia e a Anpege. **Revista da ANPEGE** – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, v. 1, n. 1 p. 17 – 34, 2003.

---

#### Eguimar Felício Chaveiro

Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Professor Associado do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás. Campus Samambaia - LABOTER, IESA/UFG. Caixa Postal 131, Goiânia – GO  
eguiimar@hotmail.com

#### Weder David de Freitas

Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Paraná e doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Goiás.  
Professor do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Campus Goiânia.  
Rua 75, Nº 46 - Setor Central, Goiânia / GO - CEP: 74055-110  
wederfreitas@hotmail.com

---

Recebido para publicação em abril de 2013  
Aprovado para publicação em julho de 2013